

Bancos estrangeiros querem maior atuação no mercado financeiro

por Roberto Banaldi
de São Paulo

Os bancos credores do Brasil estão dispostos a ampliar seus negócios no País, intensificando sua atuação no mercado financeiro e buscando participação em empresas nacionais.

Esta é a posição do Banco de Tokyo, subsidiária brasileira do The Bank of Tokyo, e do Continental Bank N.A., dos Estados Unidos. Juntas, as instituições são credoras de US\$ 1,5 bilhão do Brasil.

O presidente do Continental Bank, Thomas Theobald, que visita o País pela primeira vez na condição de "chairman" desta instituição, considerou positiva a evolução dos negócios locais do conglomerado, que detém 6% das ações preferenciais da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), adquiridas através de conversão da dívida, e opera um banco de investimentos (o Continental Banco), em associação com o grupo liderado pelo empresário Plínio Lion Salles Souto.

"Estamos otimistas com as expectativas do próximo governo", disse Theobald. O "vice-chairman" do banco, Richard Huber, afirmou que a instituição está à espera da reabertura do processo de conversão da dívida, para transformar ativos em capital de risco. "É um crime não poder converter dívida. O Brasil está sem investimentos por causa dessa decisão do governo", observou Huber.

O Continental Bank é o credor de US\$ 500 milhões e tem entre seus clientes nos Estados Unidos inúmeras empresas que pretendem se associar a companhias e negócios no Brasil, principalmente em áreas em que o País tem vantagens reais em termos internacionais, como os setores florestal e aeronáutico.

BANCO DE TOKYO QUER SER CONGLOMERADO

O novo presidente do Banco de Tokyo, que será apresentado formalmente ao mercado financeiro hoje à tarde, Takanori Suzuki, também destacou o interesse do banco em ampliar seus negócios no País. "Os bancos japoneses cada vez mais tendem a formar conglomerados, com atividades em vários setores. Nós também pensamos em diversificar", relatou Suzuki, cuja posse na presidência, em lugar de Toshiro Kobayashi, que passou à presidência do Conselho Consultivo da instituição, coincide com a autorização para operação como banco múltiplo.

O banco agrega às suas carteiras o crédito imobiliário e está estudando, segundo Suzuki, formas de atuar nesta área mantendo seu perfil atacadista. Uma das alternativas é, numa ponta, atrair grandes poupadores e, na outra, realizar grandes empreendimentos.

Outro objetivo estratégico é participar de empresas e negócios, empregando recursos próprios e também oriundos de conversão de dívida.

Toshiro Kobayashi, que em seu novo cargo buscará desenvolver novos negócios, está otimista quanto às perspectivas do governo de Fernando Collor de Mello e a retomada do processo de conversão de dívida. "O Brasil não deve contar com dinheiro novo no curto prazo.

A alternativa é a conversão de dívida — e também dos juros da dívida — para a retomada de investimentos na modernização do parque industrial e em infra-estrutura", assinalou Kobayashi.

De acordo com a avaliação do banco japonês, credor de US\$ 1 bilhão, a retomada de investimentos

Takanori Suzuki

via conversão de dívida pode levar o País a uma situação confortável de exportações anuais de US\$ 60 bilhões e importações de US\$ 40 bilhões. "Ao alcançar este estágio, o Brasil poderá lançar bônus no mercado internacional, captando dinheiro novo com sucesso", prevê Kobayashi. Esta concepção de longo prazo vai orientar o trabalho de Kobayashi na busca de novos negócios. "Quero mostrar aos empresários japoneses as grandes possibilidades que existem por aqui", acrescentou.

O AUTOMÓVEL DO VIZINHO

Para a diretoria do Continental Bank, o principal problema externo do Brasil não é a dívida, mas a postura diante da dívida. Richard Huber observou que inúmeros países, como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Chile e Uruguai, têm dívidas externas proporcionalmente maiores do que a brasileira, mas mesmo assim conseguem obter novos créditos, a custos baixos. "A Nova Zelândia, com três milhões de habitantes, economia essencialmente agrícola e dívida de US\$ 20 bilhões, se porta como País do Primeiro Mundo e é respeitada. Mas o Brasil porta-se como um país do Terceiro Mundo", argumentou Huber, criticando a moratória brasileira e aspectos da administração pública, como o tamanho do Estado brasileiro.

Exemplificando uma postura de país de Terceiro Mundo, Huber comparou um país endividado em moratório unilateral a um vizinho ao qual se empresta o carro. "Uma coisa é o vizinho dizer que precisa do carro por mais alguns dias; outra coisa é o vizinho simplesmente não dar satisfação ou dizer que não devolve o carro porque você o emprestou a um custo alto", enfatizou Huber.

Para ele, a conversão de dívida é a melhor alternativa para a redução do débito brasileiro sem impor sacrifícios à sociedade. Huber considera que a conversão está paralisada no Brasil em função do desequilíbrio das contas do governo — a capitalização de empresas através do mercado atrairia capitais que o governo quer para si, para financiar seu déficit.

Takanori Suzuki também considera necessário o ajuste interno da economia, para normalização das relações com a comunidade financeira internacional. "O Brasil é viável. Se arrumar a casa, vai atrair novos investidores", assinalou Suzuki.

Para Thomas Theobald, que durante 27 anos trabalhou no Citibank e há duas décadas está familiarizado com a situação econômica brasileira, o ajuste interno é necessário, inclusive para que o Brasil se beneficie do Plano Brady — proposta do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, para a redução do débito dos países em desenvolvimento. "O Brasil tem que apresentar intenção e ações para recuperar sua economia. Os bancos estão dispostos a esperar", disse ele.